

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍCAS PÚBLICAS QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI



CRISE DA UTOPIA SOCIALISTA MARXISTA E SUA INFLUÊNCIA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Rochelly Euzébio de Lima*

RESUMO

Este artigo faz uma síntese das teorias de análise dos movimentos sociais urbanos à luz do paradigma histórico-estrutural, que tem como referência a utopia socialista idealizada por Karl Marx.

Palavras-chave: movimentos sociais urbanos, crise marxista.

ABSTRACT

This article makes a synthesis of the theories of analysis of the urban social movements to the light of the description-structural paradigm, that has as reference the socialist utopia idealized by Karl Marx.

Keywords: urban social movements, marxist crisis.

1 INTRODUÇÃO

Discutir sobre movimentos sociais no atual contexto brasileiro implica uma reflexão preliminar acerca de uma série de questões que permeiam esse universo de estudo que, segundo alguns autores, encontra-se em crise. Atualmente os estudos teóricos e análises sobre a referida temática situam-se no campo reflexivo da existência dos novos movimentos sociais em contraposição aos antigos movimentos dos trabalhadores de orientação marxista.

São vários os temas pertinentes que merecem melhor elucidação e aprofundamento no âmbito dos movimentos sociais que caracterizam esse momento de mudança, tais como: o retraimento dos movimentos populares urbanos que, nos anos 1990 passaram a dividir espaço com os movimentos centrados em questões éticas ou de revalorização da vida humana, devido, dentre outros fatores, a perda do apoio da Igreja e suas Comunidades Eclesiais de Base.

Pode-se ainda elencar a crise de militância e de legitimidade de alguns movimentos junto à população devido ao seu alto grau de institucionalização, aliado à fragilidade e, posterior desencantamento com os projetos societários de referências ideológicas socialistas ou ainda a questão do fortalecimento das redes de movimentos

*Assistente Social. Aluna do Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

sociais e do vertiginoso crescimento do número de organizações não-governamentais contrapondo-se às formas associativas de mobilizações pontuais que não se constituem, necessariamente em lutas com intenções emancipatórias.

Este ensaio parte da premissa que os movimentos sociais emergem como resultado do conflito inerente do modo de vida capitalista, galgando a efetivação dos direitos e a construção de novas relações entre sociedade civil e Estado. Essa idéia é própria do paradigma de análise histórico-estrutural, que se baseia, fundamentalmente, na teoria marxista.

2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS SOB A ÓTICA MARXISTA

De acordo com o paradigma histórico-estrutural, a incapacidade do Estado de atender às reivindicações da sociedade civil, os leva a uma situação de carência, de necessidades não satisfeitas, que, por sua vez, gera conflitos. A ênfase na estrutura da sociedade capitalista, sugere que a idéia de ação coletiva como a ação das classes sociais, associada à idéia de conflito – gerado a partir da lógica das contradições do capital – são elementos constituintes da noção essencial para a análise dos movimentos sociais. Assim, a luta de classes, em especial, a da classe trabalhadora é tida como principal sujeito dos movimentos sociais, que sob essa dimensão são considerados reformistas, reacionários ou revolucionários.

Manuel Castells, um dos representantes da teoria neomarxista define movimento social como:

...um sistema de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, a um tempo pela inserção dos agentes suportes na estrutura urbana e na estrutura social, e de natureza tal, que seu desenvolvimento tende objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da correlação de forças na luta de classes, ou seja, em última instância, no poder do Estado. (CASTELLS apud AMMANN, 1991: 15).

A análise do fenômeno urbano passa pelas contradições do sistema capitalista e é considerada numa perspectiva de totalidade, em que se faz presente a concentração da força de trabalho, bem como a intervenção do Estado enquanto derivação de duas contradições: o incremento das necessidades coletivas e a contradição fundamental do capitalismo entre o modo individual de apropriação das condições de vida e o modo coletivo de gestão desse processo.

Os movimentos sociais urbanos são então compreendidos enquanto protagonistas de lutas pela cidadania ativa, com poder de decisão junto ao Estado sobre o

uso e gestão do espaço urbano. Essa interpretação é alcançada a partir do entendimento que os problemas da cidade estão diretamente relacionados com a lógica da estrutura social capitalista. No paradigma histórico-estrutural, os movimentos são considerados fundamentais para a democratização do Estado, que é visto como uma instituição de poder por meio da qual se processam as mudanças na estrutura social.

O enfraquecimento do socialismo na América Latina, de acordo com SCHERER-WARREN (1996), foi que gerou o repensar político que estimulou o surgimento de novas formas de utopianismo nos anos 1960. Foram os Movimentos: Feminista, Ecopacifista e Teologia da Libertação. Esses novos ideais foram difundindo-se devido o socialismo ter se mostrado como uma utopia posta em prática, mas que não resultava na liberdade política esperada com o advento do igualitarismo econômico.

Uma outra perspectiva, de caráter neoliberal, admite a crise e compara os antimovimentos, provenientes dessa crise, como tentativas de novas formas de movimentos, com novos significados políticos e culturais. Para SCHERER-WARREN (1996), o diferencial da década de 1970 para a anterior é a articulação entre as diversas ações e movimentos sociais formando redes de movimentos.

A década de 1980 assinala um marco na trajetória dos movimentos de base, fazendo com que as análises sociológicas descartassem os processos globais e enfatizassem os grupos organizados específicos. A cultura popular passa por um processo de valorização e a categoria classe social é trocada pelo ator social, assim a luta de classe sai quase que definitivamente de cena dando espaço para o movimento popular, não mais sob a perspectiva da tomada revolucionária do poder e sim da busca por transformações culturais baseadas no cotidiano dos atores sociais com orientações que se contrapunham às formas tradicionais de atuação política.

Durante os anos 1990 os movimentos sociais, segundo a ótica social democrata, não obtiveram grande relevância no cenário sócio-político uma vez que o individualismo instaurado pela consolidação hegemônica neoliberal diminui a força das manifestações, favorecendo o aparecimento de conduta de crise e grupos de violência organizada. Assim sendo, o eixo central de análise recai para a questão da exclusão social e os obstáculos à democratização dos direitos sociais reivindicados por vários movimentos sociais ainda atuantes.

Todo movimento social carrega o germe da insatisfação, do protesto contra relações sociais que redundam em situações indesejáveis para um grupo ou para a sociedade, sejam elas presentes ou futuras.

Mediante as considerações acima pontuadas sobre o paradigma teórico latinoamericano de análise dos movimentos sociais, observa-se que as principais categorias trabalhadas pelos autores que o adotam são: exclusão social e resistência (no caso dos autores que estudam o movimento popular); participação, direitos, cidadania e identidade coletiva para os que seguem a tendência dos chamados novos movimentos sociais.

A grande tendência que se tem observado no paradigma latino-americano é a associação de teorias macro-estruturais a aspectos da vida cotidiana, numa interlocução entre distintas áreas do conhecimento, proporcionando uma inovação tanto nos procedimentos metodológicos quanto nas análises teóricas.

A diferença fundamental que se percebe no caráter dos movimentos sociais a ponto de provocar essa divisão em movimentos populares e novos movimentos sociais concerne ao tipo de ação social realizada pelos atores em questão. Enquanto os primeiros estão ligados a questões mais estruturais, como condições sócio-econômicas e distribuição de equipamentos coletivos, os novos movimentos sociais reportam-se ao cotidiano das pessoas, as representações sociais, realizando o debate em torno de um projeto societário mais igualitário, baseado em princípios éticos, conjeturando a sustentabilidade da vida humana.

Partindo dessas considerações, formula-se a seguinte questão: O que aconteceu com a utopia socialista que baseia os movimentos sociais de orientação marxista?

3 CONCLUSÃO

O objeto do marxismo é a análise da realidade capitalista, bem como das sociedades divididas em classes. Para Marx, a dialética é uma idéia fundamental, extraída da filosofia clássica alemã, sendo abordada como uma tensão permanente entre sujeito e objeto, considerando o ser como uma totalidade em movimento.

Um dos principais conceitos trabalhados por Marx concerne ao modo de produção de mercadorias, que ocupa lugar central na sociedade e caracteriza cada momento histórico particular. Assim sendo, o comunismo seria a última etapa do processo do modo de produção e, consequentemente, da ordem social. A condição para o conhecimento são as relações sociais de produção em que os sujeitos vivem.

A noção de conflito, originada na luta de classes, é para Marx, uma categoria de análise que dá movimento à História. É a partir do conflito que os movimentos sociais surgem, defendendo o fim da exploração econômica.

A utopia socialista, preconizada pela doutrina sociológica marxista, indica elementos que deveriam ser aplicados no socialismo real, na perspectiva de rompimento total e superação do modo de produção capitalista. Dessa forma, Marx tece sua obra com centralidade no protagonismo do movimento operário, que segundo o autor, se torna sujeito

histórico a partir da tomada de consciência da exploração e opressão que os trabalhadores estão submetidos dentro do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

AMMAN, Safira Bezerra. Indagações conceituais: o que é movimento social? In Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento. São Paulo: Cortez, 1991. p. 13-22.
CASTORIADIS, Cornelius. <i>O marxismo:</i> balanço provisório. In: A instituição imaginária da sociedade . Tradução por Guy Reynaud. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,
COELHO, Franklin Dias. Movimentos populares urbanos e as novas mediações entre sociedade e política. <i>Proposta</i> – movimentos populares urbanos. Rio de Janeiro, ano 23, n. 67, p. 5-12, dez. 1995.
DOIMO, Ana Maria; DOXSEY, Jaime e BELING NETO, Roberto. Os novos movimentos sociais – teoria e prática. In Ciências Sociais Hoje: São Paulo, p. 8-36, 1986.
GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.
Movimentos sociais e luta pela moradia. São Paulo: Loyola, 1991.
GOLDMANN, Lucien. A Reificação. In: Dialética e cultura . Tradução por Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Cardoso. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
JACOBI, Pedro. Movimentos sociais e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1989.
LAURELL, Asa Cristina. Estado e políticas sociais no neoliberalismo . São Paulo: Cortez, 1995.
LIMA, Rochelly Euzébio de et al. Mapeamento e estudo dos movimentos sociais em Fortaleza . Fortaleza: NUPES/UECE, 2005.
MARX, Karl. A miséria da filosofia. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.
A mercadoria: os fundamentos da produção da sociedade e do seu conhecimento. In: FORACCHI, Marialice Mencarim e MARTINS, José de Souza. (orgs.). Sociologia e Sociedade . Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1983. p. 53-87.
MEKSENAS, Paulo. Cidadania, poder e comunicação. São Paulo: Cortez, 2002.
Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2002.
NETTO, José Paulo. <i>O Marx de Sousa Santos</i> – uma nota polêmica. In: Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social . Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, p. 123-143, jun. 1997.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. O que é movimento social. In: LOPES, Fátima Maria Nobre (org.). **Instituições sociais e movimentos sociais**. Fortaleza: Programa de Formação Docente em Nível Superior – Magister/CE, UECE e IEPRO, [s.d.]. p. 65-75.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. Três enfoques na pesquisa em Ciências Sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In ____. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. (Sexta reimpressão em 1996).

VIANA, Masilene Rocha. Lutas sociais e redes de movimentos no final do século XX. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano 21, n. 64, p. 34-56, nov. 2001.

VIEIRA, Liszt. A invenção da cidadania. In _____. **Cidadania e Globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 15-41.

WEFFORT, Francisco C. Marx: política e revolução. In: _____ (org.). **Os clássicos da política**. Vol II. 6 ed. São Paulo: Ática, 1996.